

Impugnação ao edital de P. E. Nº 468/2019/SUPEL/RO

BREequipamentosLtd@gmail.com

Qua, 27/11/2019 13:08

Para: cplms2011@hotmail.com <cplms2011@hotmail.com>

 1 anexos (296 KB)

Impugnação - BRE - SUPEL - RO.pdf;

Prezada Pregoeira, bom dia!

Segue anexo peça de impugnação ao edital de licitação conforme citado em assunto,

Atenciosamente,

Elizeu Gonçalves

BRE

(61) 99622-7745

À ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA GRAZIELA GENOVEVA KETES, DA EQUIPE BETA/SUPEL-RO.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 468/2019/SUPEL/RO – SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - Aquisição de 02 (dois) Rolos Compactadores Vibratório de Solo, através do convênio nº 826514/2015 – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA E O GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA/RO, para atender as necessidades da 5ª Residência Regional deste DER-RO.

BRE – EMPRESA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.218.631/0001-63 Inscrição Estadual sob nº 007.836.269/001-04, com sede na Pólo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, Trecho 01, Conjunto 10, Lotes 6/7, Bloco C, Santa Maria, Brasília Distrito Federal, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, e item 3 (três) do edital, em tempo hábil, à presença de Vossa Excelência a fim de

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I – DOS FATOS

o subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital por meios eletrônicos.

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a exigência formulada no item nº 11.6.1 do referido Edital, exigência esta que se repete na descrição do item 21 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante do edital em tela, que vem assim redacionada:

21. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

21.1. Equipamentos: 12 (doze) meses sem limite de horas, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado.

Sucedee que, tal exigência, é absolutamente restritiva, pois afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente será demonstrado.

II – DA ILEGALIDADE

É patente a ilegalidade e acintoso ao princípio da Isonomia, obrigar apenas empresas detentoras **“de no mínimo 2 Assistências Técnica no Estado de Rondônia, sendo uma na capital e outra no interior”**, a participarem da licitação.

A exigência em foco fere de açoite a Lei Federal nº 8.666/93, pois ultrapassa os parâmetros do regramento legal previsto no artigo 30, em que obriga a Administração a se limitar em exigir somente o que está previsto em lei, que seria Apenas a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, ou seja, fornecimento de bens.

A Lei de Defesa do Consumidor estabelece responsabilidade solidária ao fornecedor ou fabricante para a garantia e “Assistência Técnica” do produto ou serviço, conforme Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, in verbis:

*“Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores. § 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.
(grifo nosso)*

E ainda, o artigo 24 vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com territorialidade:

“Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expreso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.”

Portanto, não há razão para exigir, das empresas interessadas em participar do certame, **“apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado.”**, mesmo porque, o instrumento convocatório deverá fixar o prazo de garantia

e as condições rigorosas que a Contratada deverá cumprir sem a delimitação geográfica e sem qualquer isenção ou privilégio.

Não faz sentido o edital ter publicação a nível nacional, se somente as empresas de Rondônia podem participar do certame.

Persistindo a obrigatoriedade da apresentação da aqui mencionada, poderá ser propiciada a formação de um “grupo” exclusivo de empresas autorizadas dentro do município a participar de licitações, podendo inclusive, controlar o aumento abusivo de preços e insumos. É o chamado “cartel”, severamente vedado pela Constituição Federal, no artigo 173, § 4º, in literis:

“§ 4º – A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”.

O Tribunal de Contas da União - TCU tem se posicionado constantemente contra a exigência de qualquer documentação se não a prevista no art. 14 do Decreto n.º 5.450/2005 e nos arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93, o que exclui o direito à exigência em tela.

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;***

Ora, na medida que o indigitado item do Edital está a exigir que *As licitantes deverão indicar o local disponível Com assistência técnica no Estado de Rondônia*, não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita, consigna cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Conduzindo o assunto em questão para receber o tratamento constitucional que, em regra, impõe a necessidade do procedimento licitatório salvo as exceções taxativas previstas em lei específica.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente*

permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”

Este é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

*“Enunciado: Nas licitações de serviços de manutenção preventiva e corretiva, **é ilegal a exigência, como critério de habilitação, de que as empresas participantes possuam representação ou equipe técnica em local previamente definido no edital. Tal exigência pode ser feita a partir da assinatura do contrato**, desde que respaldada em análise técnica fundamentada.*

Acórdão:

9.1. conhecer da presente representação, [...] para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

[...]

9.3. dar ciência ao Instituto Nacional do Câncer - INCA das seguintes irregularidades:

[...]

*9.3.3. exigência de que os licitantes comprovem possuir representação e equipe técnica para atendimentos emergenciais na cidade do Rio de Janeiro, identificada no itens 9.8.4 do edital do pregão eletrônico 232/2013, o que afronta o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a administração, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993; -conforme entendimento do TCU no **Acórdão 273/2014 – Plenário.**”*

*“Qualquer restrição em relação ao objeto da licitação deve ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência de forma irremediável. Sem tal justificativa a **restrição deve ser tomada por ilegal** (art. 3º, § 1º, inc. I).” **“Direcionar o edital de uma compra com as características de determinado conjunto de fornecedores não tem nenhuma convergência com o trabalho de especificar corretamente o objeto pretendido para um determinado processo de licitação.”** -conforme entendimento do TCU no **Acórdão 641/2004 – Plenário.**”*

Atua ainda, este egrégio Tribunal de Contas, sobre o assunto:

Ata 18/2011 - Segunda Câmara

*“... no subitem "Garantia" dos equipamentos, de apresentação pelo fornecedor de declaração do fabricante, indicando **possuir rede de assistência técnica autorizada em Brasília/DF** para os equipamentos ofertados, o que pode, em*

primeira análise, restringir a competição do certame, em desacordo ao art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;"

Dada a meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade do item apontado, pelo mero cotejo com a letra fria da lei, deve ser desprezado por inútil e sem medo os cometimentos doutrinários ou o posicionamento de nossos Pretórios.


III – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- Que seja retirada do edital e das descrições dos itens, a restrição a empresas que não possuem uma assistência técnica no Estado de Rondônia e outra no interior do estado;
- Que seja alterado o texto para comprovação de pelo menos uma assistência técnica no Estado de Rondônia no ato da assinatura do contrato;
- Determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos
P. Deferimento

Brasília – DF, 27 de novembro de 2019



BRE – EMPRESA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS EIRELI
CNPJ: 29.218.631/0001-63
ELIZEU GONÇALVES PEREIRA